



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

Ata da Audiência Pública da 23ª Legislatura da Câmara Municipal de Maceió - discutir o uso da cannabis para fins medicinais no município de Maceió.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2025, às 14h00 (quatorze horas) sob a presidência e propositura da vereadora Teca Nelma reuniu – se a Câmara Municipal de Maceió, situada na Rua Sá e Albuquerque número 564, bairro Jaraguá em audiência pública híbrida para discutir o uso da cannabis para fins medicinal no município de Maceió. A senhora presidente e propositora desta audiência convidou para compor a mesa de honra os senhores: **Jeannyne Beltrão** – vereadora. **Jônatas Omena** – vereador. **Tutmés Airan** – Desembargador. **Marcelo Arantes** - representando a defensoria pública. **Lucas Sobral** - presidente da OAB da cannabis medicinal. **Jimycarlisson Ramos** – médico psiquiatra. **Alessandra Hora** - representando as associações presentes e a associação Família dos Anjos. **Paula Ana Silva Marques** – mãe de usuários de cannabidiol. **Letícia Ravele** – diretora geral da Associação **Liamá de plantas medicinal**. A vereadora Teca Nelma trouxe a consciência de que o cannabis ainda é um assunto cercado de preconceitos, medos e desinformação mais também é motivo por algo muito forte “a esperança” de pais, cuidadores e pacientes que lutam pelo direito básico, o acesso a saúde e qualidade de vida. Falou que esse assunto precisa ser debatido com responsabilidade e é importante esclarecer que, o que está sendo pautado hoje é o uso da cannabis medicinal que vem sendo adotado em diversos países por ter bases e evidências científicas. Esclareceu que não estamos aqui discutindo o uso recreativo da maconha ou a discriminização desse uso haja vista que essa não é uma atribuição do município de Maceió nem está em debate nesse momento na cidade, o nosso foco está na garantia de que os pacientes que precisam desse tratamento tenham acesso gratuito, seguro e acompanhado pelo SUS. Estamos falando de cuidado, dignidade e ciência. Pediu respeitosamente o apoio de todos para que possamos nos manter dentro do tema e enfatizou que hoje existe evidências do tratamento da cannabis em diversas instituições a exemplo do estudo publicado em 2024 com crianças e jovens com autismo do hospital universitário de Brasília onde é o resultado demonstrou que 70 % dos pacientes apresentaram melhorias com o tratamento cannabidiol além da eficiência nos casos de epilepsia retratária, esclerose múltipla, parkson dores fortes, ansiedade e doenças severas. Informou ainda que o número de pacientes tratados com cannabis no Brasil chegou a aproximadamente 62.000 em 2024, mais falta a garantia do acesso a esse tratamento pelo poder público devido o alto custo do mesmo e falta de preparação. Frisou que essa audiência tem como objetivo construir juntos uma política humana que respeite a ciência e combata o preconceito a esse medicamento que se tornou muito importante e essencial para muitas pessoas. Finalizou falando de um projeto de lei de sua autoria e de iniciativa da OAB onde tem como objetivo regulamentar esse medicamento na rede municipal de saúde, garantido que os pacientes tenha acesso de forma segura e gratuita pelo sistema de saúde SUS. Facultada a palavra para os membros da mesa de honra fizeram uso os senhores: **Alessandra Hora** ressaltou o preconceito existente com o cannabis por ser uma droga que muitas crianças usam para tratamento de



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

doenças e hoje existe uma lei aguardando a sanção do Estado. Comentou que na associação Família dos Anjos tem crianças que foram afastadas da fisioterapia devido as crises e essa criança volta a tomar medicações que tem efeitos colaterais enquanto o cannabis é natural. A senhora presidente, registrou as presenças de representantes de instituições. **Jimycarlisson Ramos**, falou que diariamente prescreve o cannabidiol para pacientes com depressão, transtorno do espectro autista, ansiedade, pânico, insônia, dores crônicas e nível de neuro divergência. Esse público consegue chegar até o tratamento e ter os benefícios como sono de qualidade haja vista que hoje vemos usos de vários medicamentos para dormir e acabam gerando problemas como a dependência do uso dos mesmos. Ressaltou que apesar de prescrever o cannabidiol ainda permanece o desafio do acesso. **Paula Ana Silva Marques** testemunhou os benefícios do uso do cannabidiol no filho autista a exemplo da melhora da flora intestinal, sono, concentração, mastigação, alergias, ansiedade e início da fala. Afirmou que o cannabis medicinal funciona melhor que o farmacêutico. Nesse momento foi passada para a palavra para os representantes da sociedade civil organizada pontuar seus questionamentos, senhores: **Érica Nicácio – representando a RENFA**. **Ana Lucia Mota – FAEL**. **Germana Cavalcante**. **Ivan Nunes – representando a OAB/AL**. **Givaldo Titio – conselheiro tutelar da 3ª região**. **Lucas Batista – representando a igreja dos Humildes**. **Jandira de Cássio**. **Dayane Rôse – representando a marcha da maconha**. Retornando a fala para os membros da mesa de honra, fizeram uso os senhores: **Marcelo Arantes** falou que a defensoria pública acompanha com bastante interesse todo processo dessa medicação onde já existe uma lei que precisa ser regulamentada pelo Estado. Ressaltou que a defensoria está em comemoração quanto a decisão judicial que obriga o Estado no prazo de trinta dias apresentar um cronograma de medidas a serem implementadas para a regulamentação da lei e no prazo de sessenta dias elaborar o PCDT (plano clínico de diretrizes terapêutica) bem como obriga o Estado o fornecimento imediato. Informou que qualquer criança ou adolescente que tenha em mãos um laudo médico fundamentado pode procurar a defensoria pública. Destacou que a assembléia legislativa já encampou essa luta e o município através desta Casa precisa fazer o mesmo. Finalizou citando doenças curadas com essa medicação. **Vereadora Jeannyne Beltrão** afirmou que a princípio resistiu participar desta audiência por se tratar de um assunto polêmico mais observa a necessidade do debate que se refere a saúde das pessoas independente da polêmica que cause. Diante das falas que ouviu aqui Estado e Município não podem ficar fora dessa luta e como uma forma de acabar com o preconceito sugeriu a criação de uma lei que puna aqueles que fizer uso do cannabis para outros fins que não seja o medicinal. **Lucas Sobral** registrou a sua satisfação quanto a esse debate que outrora só era visto em outros estados e hoje estamos avançando em Alagoas o uso do cannabidiol que está mudando a vida de muitas pessoas, inclusive, gerando empregos e tributos. Mencionou a lei que obriga o Estado disponibilizar o cannabidiol destacando que o mesmo trata – se também da institucionalização de políticas públicas, da falta de profissionais do SUS preparados para prescrever esse medicamento e farmacêutico que saiba dispensar. Além de



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

incentivar instituições a trabalhar com a cannabis. **Letícia Ravele** falou que através de um habeas corpus teve o direito de cultivar a maconha de forma legal e a associação Liama leva informação sobre a maconha dentro do universo brasileiro. Ressaltou que desde 2015 a maconha é legalizada para uso medicinal no Brasil e enquanto o projeto citado está em discussão a Liama está atuando e aproveita para pedir proteção para trabalhar com a maconha no estado sem medo. Registrhou que a Liama atende mais de trezentos pacientes, inclusive, fora do estado porém o maior número está em Alagoas mas a associação não tem estrutura para atender a todos. Como farmacêutica traz a preocupação com o atendimento que difere dos alopáticos e deve ser individualizado e humanizado haja vista que em cada organismo existem um sistema encanabióide que traz equilíbrio. Finalizou deixando registrado o exemplo da associação paulista Flor da Vida que junto com a prefeitura de Ribeirão Preto/São Paulo criaram uma clínica preparada com equipe multidisciplinar e sugeriu a ideia para construir aqui uma clínica junto com o SUS. **Tutmés Airan** lembrou um convite que recebeu do ex vereador Lobão para participar de uma audiência como esta e confessou que foi movido pela curiosidade de entender e se espantou com os depoimentos que ouviu de pais, pacientes, pessoas que faziam uso e necessitavam. Entendeu que era uma luta bela, justa e ficou feliz que a audiência resultou em um projeto de lei que depois foi aprovado mas ficou preocupado porque após a aprovação do mesmo foi sancionado sem uma concordância explícita das autoridades a quem cabia a sanção. Presentiu que a lei ia contar com uma certa resistência o que de fato aconteceu e não saiu do lugar. Isso caracteriza preconceito que faz um mal enorme para as pessoas haja vista que trata – se de um direito para diminuir o sofrimento dos pacientes. Concluiu parabenizando a todos e torcendo que os vereadores aprovem esse projeto e direcione a efetivação do mesmo. **Vereador Jônatas Omena** afirmou que compareceu a esta audiência por curiosidade devido o tema delicado e por viver em uma sociedade preconceituosa e conservadora, onde não sabia o quão benéfica é essa medicação e suas causas. Salientou o crescimento do autismo e hoje esta Casa discute muito sobre os PAE-AES (profissionais de apoio para atividades de escolares) e aumenta cada vez mais o número desses profissionais. Concluiu deixando o seu apoio ao projeto da vereadora. **Murilo Marioni – advogado da associação Liama** registrou que o público alvo atendido pela Liama são crianças e quanto a lei traz os direitos fundamentais de todo cidadão onde com essa implementação e uma estrutura clínica junto com profissional de cardiologia vai beneficiar mais de um milhão de pessoas além, de que a cannabis medicinal é o acesso ao tratamento, cura, qualidade de vida, bem estar das famílias e saúde. Falou que essa luta iniciou em 2014 com mães que buscavam um tratamento digno para os filhos acometidos por doenças raras e até hoje tememos a punição por levar saúde para os pacientes. Ressaltou que a maconha é medicinal e hoje temos mais de 662.000 pessoas que fazem o tratamento com a cannabis e mais de 249 associações registradas com o uso terapêutico da cannabis e mais de 40 autorizadas judicialmente para fazer o cultivo, extração, manipulação e dispensação desse medicamento. A senhora presidente e propositora vereadora Teca Nelma deu por encerrada a audiência e agradeceu



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

a presença de todos. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que
dato e assino. Maceió, 24 de abril de 2025 – Maria Jairivane Sena da Silva -
Redatora de Atas e Debates.